

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1351313 - RJ (2018/0216492-0)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**AGRAVADO : LUIZ ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO CORRÊA DA SILVA**

**ADVOGADOS : FLÁVIO DIZ ZVEITER E OUTRO(S) - RJ124187  
MARIANA BURITY MARTINS - RJ124397  
JULIANE BOIM PREVITALI - RJ184464**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FASE DE RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. HIPÓTESE EM QUE O RECURSO ESPECIAL DO *PARQUET* NÃO FOI CONHECIDO PELA ILUSTRE PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR, DADA A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PRETENSO DISSÍDIO INTERPRETATIVO. RECURSO AO COLEGIADO QUE APENAS TRAZ RAZÕES REFERENTES AO MÉRITO DO APELO RARO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF A IMPEDIR O SEU CONHECIMENTO PELA VEICULAÇÃO DE RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRECEDENTES: AGRG NO AGRG NO ARESP 618.749/RS, REL. MIN. OLINDO MENEZES, DJE 22.2.2016 E AGRG NO ARESP 711.212/PE, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 14.9.2015. AGRAVO INTERNO DO *PARQUET* FEDERAL NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o óbice inserto na Súmula 284/STF, na hipótese de o Agravo Interno veicular questões jurídicas dissociadas das que foram utilizadas na decisão agravada, caracterizando-se, no caso, fundamentação deficiente.

2. A parte agravante, em seu Agravo Interno, em momento algum dirige sua irrisignação contra os fundamentos pelos quais não se conheceu do seu anterior Recurso Especial, apenas tece fortes considerações meritórias dirigidas à reforma do acórdão local, o que caracteriza a veiculação de razões recursais dissociadas.

3. Agravo Interno do *Parquet* Federal não conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

